

Necrogovernança, necropoder corporativo e vidas póstumas de vítimas no México

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020

Dr. Olof Ohlson (The University of Edinburgh, UK)

Palavras-chaves: Necrogovernança, Vidas póstumas de vítimas, México

Atualmente, o México vive na época dos “narcos”. Duas décadas intensas de violência relacionada ao narcotráfico viram o número de mortos disparar, especialmente depois que o governo lançou guerra aos cartéis de drogas em 2006, resultando em um número total de pelo menos 37.435 desaparecidos e mais de 200.000 mortos (INEGI 2017). As instituições estatais tendem a ignorar a crise, fechando os olhos para desaparecimentos e mortes violentas. Apenas alguns casos criminais resultam em punição para os autores (HRW Report 2013). De fato, a polícia e as forças armadas foram responsabilizadas pelo envolvimento no narcotráfico, bem como em graves violações de direitos humanos (GIEI Informe Ayotzinapa 2015; Marcial 2014; Noble 2014; Pereyra 2012).

A gestão mexicana de mortes, processos judiciais e a crise nacional de violência levaram a políticas controversas. A controversa “necropolítica” do país vê diferentes partes envolvidas nas lutas políticas pelo controle dos mortos (Ferrándiz & Robben 2015; Mbembe 2008). Meu foco neste texto é como as famílias mexicanas de vítimas de violência estatal e corporativa protestam contra “necrogovernança” (Mbembe 2008: 11) e, o que eu chamo, de o “necropoder corporativo”: o poder de ditar as circunstâncias da vida e da morte de cidadãos e trabalhadores por parte de empresas ou empresas criminosas como os narco carteis.

Dois casos de campo—os desaparecidos presumivelmente mortos 43 estudantes de Ayotzinapa do “massacre de Iguala” em 2014, e os 63 mineiros não enterrados depois de um acidente de mineração em 2006 na mina Pasta de Conchos da empresa Grupo México—ilustram como a necrogovernança estatal e o necropoder corporativo empregam a técnica criminosa de corpos desaparecidos para impedir a justiça e manter o controle social, através de processos de desumanização para tornar os trabalhadores dispensáveis e alguns grupos matáveis (Berlanga 2015; Mbembe 2008; Robben 2007).

No entanto, isso é combatido pelas incansáveis lutas dos movimentos sociais para restaurar um senso de valor para as vítimas. Os ativistas usam uma “política de visibilidade” com atos públicos de luto para recuperar suas vítimas (Rivera Hernández 2017; Taussig 1992). Argumento que coletivos mexicanos de famílias de vítimas implantam um “repertório de ação coletiva” (Tilly 2006) em resposta a regimes de negrogovernança, criando uma forma de “necromoralidade” que ilustra um novo tipo de “necropoder subversivo”.

Parentes de vítimas têm várias estratégias para sustentar o necropoder subversivo, como através de “vidas póstumas de vítimas” (Ohlson 2019), onde dão oferendas aos mortos no Dia dos Mortos e realizam cerimônias em espaços público para envergonhar as autoridades, usando suas vítimas como objetos de luto e ativismo, ou seja, desafiando ambas as negrogovernanças e necropoder corporativo.

Isso me leva à primeira parte deste artigo que enfocará o estado mexicano e os abusos dos direitos humanos pelo poder corporativo. Alguns pesquisadores rotularam o México de “narco-estado”. Em minha opinião, o termo “narco-estado” pode ser útil até certo ponto, mas o conceito é excessivamente superficial e não leva em consideração os processos históricos, os interesses da elite e as lutas de classes por trás da violência atual do México. O “narco-estado” como conceito analítico também é conspiratório e altamente especulativo. Até que ponto o governo mexicano e as instituições estatais são infiltrados ou cooperam com o crime organizado é difícil de saber agora, já que tanto os políticos quanto os narcotraficantes têm incentivos para esconder isso da melhor maneira possível. No entanto, como a prisão no mês passado nos Estados Unidos do ex-ministro da Defesa General Salvador Cienfuegos Zepada, que serviu no governo Enrique Peña Nieto de 2012-2018, sob a acusação de narcotráfico, o rótulo de “narco-estado” é, em certa medida pelo menos uma descrição precisa da corrupção do Estado do México. Isso quer dizer que alguns dos abusos dos direitos humanos no México ligados à violência estatal ou criminal não são apenas uma falha do Estado em fornecer segurança aos seus cidadãos, mas são deixados na impunidade intencionalmente porque beneficiam uma elite corrupta de políticos que trabalham juntos com os cartéis do narcotráfico.

Um estado com altos funcionários envolvidos com o crime organizado obviamente representa um problema democrático e chama nossa atenção para um problema geral com o modelo democrático representativo, é baseado na elite e os representantes eleitos não necessariamente representam o povo que deveriam representar. Isso vai além da questão

da corrupção, uma vez que uma elite política e um governo eleito podem não ser corruptos, mas ainda assim agir pelo interesse da elite, em vez da vasta maioria.

Começamos discutindo o primeiro cenário em que a classe política e o sistema de justiça são corruptos e trabalham junto com o crime organizado. Em relação à moralidade e aos direitos humanos, isso leva a uma situação em que um estado pode ter uma política oficial, mas nas sombras dos corredores de poder e da justiça onde as estratégias de governança política estão tomando forma, políticas não declaradas podem estar florescendo. Este é o problema que ativistas de direitos humanos enfrentam no México, não há nada errado com as leis do México ou com os direitos atribuídos aos seus cidadãos, mas as leis não são implementadas quando os abusadores são da elite política, econômica e criminais com as conexões certas.

Isso é algo que ativistas mexicanos e familiares de vítimas de violência conhecem muito bem. Muitas mães de filhas desaparecidas ou assassinadas envolvidas em grupos como *Nuestras Hijas de Regreso a Casa* lutaram contra o feminicídio por décadas sem nenhum resultado. A polícia raramente investiga seus casos de maneira adequada, e quando participei de alguns dos protestos no passado, eles foram interrompidos brutalmente pela polícia que prefere usar *mano duro* (a mão dura) contra os ativistas em vez de investigar a corrupção que permeia sua própria instituição.

Essa discrepância entre a lei e sua implementação não é apenas quando chefes do narco carteis são transformados em “intocáveis” que podem violar mulheres porque subornam a polícia, ou ao permitir que corruptos como o General Cienfuegos possa subir na hierarquia do governo mexicano quando ele deveria ter sido preso e enviado para prisão há muito tempo, mas também cria um estado geral de impunidade que as grandes empresas podem explorar. E elas fazem.

Isso nos leva à segunda instância, quando as instituições estatais e quase-estatais agem em nome e no interesse da elite econômica, sejam eles corruptos ou não, e não pelo interesse dos cidadãos.

Poucos outros casos destacam isso tão bem como o caso do acidente de mineração em Pasta de Conchos, no estado de Coahuila, em 2006, que matou 65 mineiros. A mina pertencia à maior mineradora do México, a empresa *Grupo México* - a maior mineradora do México e a terceira maior produtora de cobre do mundo, dirigida pelo presidente e CEO Germán Larrea, um dos homens mais ricos do país. Depois do acidente que ocorreu em 19 de fevereiro, o Grupo México logo decidiu cancelar a missão de resgate para os mineiros presos e, desde então, recusou-se a escavar 63 dos corpos presumivelmente

mortos, impedindo suas famílias o direito de enterrá-los. As famílias dos mineiros protestaram e lutaram pelo direito de enterrar seus perdidos. Esta luta continua até hoje com a organização das viúvas *Família Pasta de Conchos* que ainda luta pelo seu direito de enterrar seus entes queridos.

O caso do desastre da mina Pasta de Conchos exemplifica o que chamo de “necropoder corporativo”, que é o poder de uma empresa sobre a vida e a morte de seus trabalhadores. Antes do acidente, o Grupo México havia ignorado vários alertas sobre as más condições de trabalho na mina e as preocupações com o alto nível de gás nos poços. Esta exploração chocante de seus trabalhadores não é, obviamente, nada de novo, mas parte de uma velha história de violência corporativa, negligência e abuso regional e global. Na verdade, como outros pesquisadores apontaram, a atual crise de abusos dos direitos humanos no México é uma “situação de decomposição social e política provocada por um novo ciclo de expansão e acumulação capitalista” (Zagato 2018: 55), que abriu novos mercados criminosos de extorsão, contrabando e assassinato que vemos na indústria do comércio de drogas (Gibler 2016).

Família Pasta de Conchos protesta fora da sede do Grupo México no aniversário de 19 de fevereiro, todos os anos, quando se reúnem na calçada ao lado da entrada da empresa para rezar pelos mineiros mortos e desenterrados e envergonham a empresa por sua indiferença. Essas cerimônias de lembrança política e protestos são uma das muitas táticas que os parentes das vítimas e grupos ativistas usam para sustentar o que chamo de “vida póstumas de vítimas” no espaço público. Aqui, as famílias recuperam de seus mortos simbolicamente, que dizem “pertencer a nós e não ao Estado, não à empresa”, para citar uma viúva da Pasta de Conchos durante o protesto anual em 2015, quando participei da cerimônia.

A organização das viúvas fracassou em vários processos judiciais para forçar o Grupo México a escavar seus mineradores mortos para que elas pudessem enterrá-los. Os juízes mexicanos que decidiram sobre o caso afirmaram de forma surpreendente que não era razoável obrigar a empresa a pagar por uma missão de escavação já que os corpos “desapareceram”, algo que os parentes tiveram dificuldade em aceitar, pois todos sabem perfeitamente bem onde estão: deixados para baixo na umidade da terra do poço da mina desmoronado em Coahuila.

A Família Pasta de Conchos teve que travar sua batalha judicial para que os corpos de seus mortos fossem escavados para serem enterrados junto a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que em seu “Relatório 12/18” de março de 2018, finalmente decidiu

a favor deles. A empresa não cumpriu as normas de segurança declaradas na ordem judicial. Também reconheceu o fracasso do governo mexicano em defender os direitos à vida dos mineradores mortos; integridade pessoal; acesso à justiça; e direitos econômicos, sociais e culturais protegidos nos artigos 4, 5, 8, 25 e 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CIDH, Informe No.12 / 18 Petición 178–10, 2018).

O novo governo do México, sob o comando do populista de esquerda Andrés Manuel López Obrador, que assumiu o poder ano depôs em 2019, agora promete recuperar os mineradores. Mas até que esse dia chegue, o caso Pasta de Conchos permanecerá uma lembrança da grave negligência corporativa e do necropoder onde os lucros da extração de minerais tiveram precedência sobre a decência e o direito à vida. Pasta de Conchos deixou 64 viúvas e 160 órfãos, e 63 trabalhadores de minas mortos ainda permanecem insepultos na mina desabada, prolongando indefinidamente o luto de seus parentes.

O segundo caso de campo que quero levantar aqui é o caso dos 43 alunos desaparecidos de Ayotzinapa que ficou conhecido como o massacre de Iguala no México, quando a polícia municipal atacou e fez desaparecer alunos de um curso de formação de professores em área rural em setembro de 2014. Este caso é uma ilustração de violência estatal e criminal, e o que eu chamo de “necrogovernança” – isto é, gestão e controle do estado sobre os processos forenses após a morte.

Na noite de 26 de setembro, 2014, na cidade de Iguala, no estado de Guerrero, seis civis foram mortos e 43 alunos conhecido como *normalistas* da escolha *La normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa* foi atacado e posteriormente levado pela polícia municipal. Por que esse massacre ocorreu e o que exatamente aconteceu com os estudantes desaparecidos têm sido o tema de controvérsia desde então. Imediatamente após o massacre, os Pais e Mães de Ayotzinapa se uniram em um coletivo ativista formado rapidamente e realizaram marchas semanais na capital para exigir que seus filhos fossem devolvidos com vida.

Uma equipe internacional conhecida como Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) ajudaria na investigação com um grupo independente de peritos forenses que contava com a confiança dos Pais e Mães de Ayotzinapa, em contraste com os médicos forenses que trabalham pela Procuradoria Geral da República (PGR), sob o comando do Procurador Nacional Jesús Murillo Karam e do chefe da investigação Tomas Zéron.

Os Pais e Mães de Ayotzinapa suspeitaram que o governo federal estava encobrindo o que realmente havia acontecido com os estudantes desaparecidos e logo começaram a pedir a renúncia do então Presidente Enrique Peña Nieto, gritando “*¡Fuera Peña! ¡Fuera Peña !*” (Peña fora!), acompanhados do grito “*¡Fue el Estado!*” (Foi o Estado). Eles alegaram que os militares estavam envolvidos no ataque aos estudantes. No entanto, o governo mexicano sob a Administração de Peña Nieto, chefiado pelo seu Ministro da Defesa General Cienfuegos, declarou publicamente que a honra do exército mexicano não poderia ser questionada e ninguém tinha permissão para questionar os soldados.

Em breve, o Procurador Geral Jesús Murillo Karam deu uma entrevista coletiva e apresentou o que chamou de “a verdade histórica” sobre a tragédia. De acordo com essa “verdade histórica”, os 43 estudantes foram entregues a membros de um cartel de drogas, que os levaram para uma lixeira local fora da cidade. Aqui, eles foram executados, seus corpos queimados em uma grande fogueira e seus restos mortais colocados em sacos plásticos e jogados no rio San Juan. A polícia municipal de Iguala teria atacado os estudantes porque os confundiu com um cartel rival do narcotráfico (Jesús Murillo Karam, entrevista coletiva, Cidade do México, 7 de novembro de 2014). No entanto, a EAAF criticou essas alegações e não conseguiu comparar o ADN dos restos encontrados no rio com nenhum dos alunos.

Agora, um caso de verdadeira necropolítica forense se seguiu quando duas reivindicações de verdade rivais competiram pelo controle da narrativa. O que realmente aconteceu com os alunos? Eles estavam mortos e foram mortos da forma que o PGR alegou? Ou era uma cortina de fumaça destinada a esconder o que realmente aconteceu? Os Pais e Mães de Ayotzinapa suspeitaram que a investigação tentou desviar a culpa apontando para o crime organizado e o prefeito local do partido de esquerda PRD – um partido político diferente da administração do PRI que detinha o poder na época.

A jornalista investigativa Anabel Hernández revelou que a Polícia Federal participou do ataque daquela noite e disse ter evidências de que as últimas localizações GPS registradas de dois dos telefones pertencentes aos alunos desaparecidos vieram de dentro da base militar do Batalhão de Infantaria 27 estacionado em Iguala (Hernández, 2016: 23, 51, 58-60, 161-75), onde o Ministro da Defesa Cienfuego não queria que ninguém olhasse. No entanto, ninguém foi autorizado a fazer buscas na base ou fazer perguntas aos soldados, o que apenas levantou suspeitas de que eles poderiam estar envolvidos no massacre.

Hernández também expôs que a coleta de inteligência, ou os chamados centros C4, estavam operando naquela noite, o que envolveu o Exército, a Polícia Federal e o Governo Estadual de Guerrero, já que o sistema C4 mantinha os alunos sob vigilância três horas antes de serem atacados pela polícia naquela noite (Hernández, 2016: 7). Sob esta luz, o massacre de Iguala parecia um ato de repressão política intencional contra estudantes predominantemente indígenas, de esquerda, pobres e rebeldes.

Sem qualquer consenso sobre seu destino naquela noite, as Famílias de Ayotzinapa mantiveram sua esperança desesperada de que seus filhos desaparecidos ainda estivessem vivos e continuaram seu apelo de protesto: “*¡Vivos se los Llevaron, Vivos los Queremos!*” (Eles os levaram vivos, nós os queremos de volta vivos!). Isso ecoou os gritos dos parentes de muitos desaparecidos argentinos, como um coletivo conhecido em Buenos Aires como *Las Madres de Plaza de Mayo* (as Mães da Plaza de Mayo), cujos familiares desapareceram durante a junta militar nos anos ‘70 e ‘80s (Robben, 2007).

A técnica criminosa de desaparecimento de corpos pode ser uma forma eficaz de manter as famílias caladas, uma vez que parentes próximos podem optar por não falar com medo de causar a morte de seu ente querido sequestrado e evita quaisquer acusações criminais futuras “impossíveis sem qualquer *corpora delicti*” (Robben, 2000: 83). Sua negovernança funciona por meio de violência invisível. Os parentes dessas vítimas, no entanto, costumam responder com ativismo. Quando falam contra o terror, rompem o reinado do silêncio e temem e evitam que o medo da técnica criminosa de desaparecer corpos continue operando.

Parentes de vítimas de violência estatal costumam desafiar os regimes da negovernança ao relembrar memórias violentas em espaços públicos (Rivera Hernández 2017; Robben 2007; Taussig 1992). Ao fazer isso, eles formam uma “estratégia compartilhada de ação política” e participam da “produção de sentidos compartilhados” (Sanjurjo 2017: 113). Esses repertórios de protesto tiram sua força de um desdobramento estratégico de uma “política de visibilidade” (Rivera Hernández, 2017: 108) que faz uso pleno do “poder moral e mágico dos mortos inquietos” (Taussig 1992: 48). Eles usam depoimentos e fotos de vítimas para convocar a sociedade a se juntar a eles em sua luta, mesmo quando se envolvem em táticas de protesto mais diretas.

Em janeiro de 2015, as Famílias de Ayotzinapa tentaram invadir a base do Batalhão de Infantaria 27 em Iguala em sua busca implacável por seus filhos, mas foram recebidos com balas de borracha que os seguraram e feriram vários. Os Pais e Mães de Ayotzinapa usaram da desobediência civil, primeiro tentando boicotar as eleições locais. “Queremos

que nossos filhos sejam encontrados primeiro e depois haverá eleições”, proclamaram as famílias. Eles ocuparam postos eleitorais e escritórios eleitorais, coletaram os boletins de voto e os queimaram nas ruas em grandes fogueiras. Uma tática interessante, que mostra que, na visão deles, o sistema eleitoral não representava ou funcionava para os agricultores humildes e americanos nativos de México como eles.

Após quase doze meses de desobediência civil e protestos constantes, O Grupo de Peritos Interdisciplinares Independentes (GIEI), trabalhando em nome da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), divulgou um relatório sobre o caso Ayotzinapa, refutando a versão oficial da investigação como “cientificamente impossível”, uma vez que não havia evidência de uma grande fogueira no depósito de lixo onde a PGR alegou que os alunos foram mortos e seus corpos queimados (GIEI Informe Ayotzinapa 2015: 340-42). Os Pais e Mães de Ayotzinapa começaram a suspeitar que a PGR havia encenado cenas de crime falsas no rio San Juan e no depósito de lixo.

As conclusões do GIEI desafiaram a “verdade histórica” do PGR (GIEI Informe Ayotzinapa 2015) e, de forma mais ampla, representaram um desafio ao controle das instituições estatais mexicanas sobre o processo forense e as evidências como base para alegações de verdade. O PGR recusou-se a aceitar o relatório do GIEI e continuou a repetir a sua narrativa original.

O relatório do GIEI também sugeriu que a investigação da PGR deve olhar para o quinto ônibus usado pelos estudantes aquela noite que nunca foi mencionado no relatório oficial sobre o massacre (os alunos ocuparam os ônibus para fazer uma viagem para a capital porque eles não tinham dinheiro suficiente para pagar a passagem). GIEI levantou a hipótese de que este ônibus pudesse ter uma carga de heroína destinada aos Estados Unidos, que então conectaria o massacre de Iguala e o ataque coordenado da polícia contra os estudantes com o narcotráfico e a economia do crime (GIEI Informe Ayotzinapa 2015: 191–94). Os alunos desarmados podem ter tido o azar de tomar o ônibus errado. GIEI também relatou que soldados estiveram presentes em várias das cenas de crime naquela noite e recomendou uma busca na base do exército em Iguala que o agora detido Ex-Ministro da Defesa Cienfuegos havia impedido (GIEI Informe Ayotzinapa 2015: 191–95).

O caso dos 43 alunos desaparecidos permanece sem solução até hoje. O novo governo de partido de esquerda MORENA sob o presidente Andrés Manuel López Obrador, que conseguiu quebrar o longo monopólio dos partidos PRI e PAN sobre a presidência, criou uma Comissão da Verdade em andamento no ano passado (2019) que

pode ainda trazer verdade, consenso forense, justiça para as famílias e resolver o caso. O México já pediu ao Canadá a extradição do ex-chefe de investigação Tomás Zéron, e com o ex-ministro da Defesa Cienfuegos preso nos Estados Unidos por tráfico de drogas, a Comissão da Verdade agora pode investigar o envolvimento do exército no massacre de Iguala.

Aguardando os resultados da Comissão da Verdade, a caixa de Pandora da necropolítica do México permanece aberta. O necrogovernança do Estado em exibição no massacre de Iguala se manifestou por meio de atos de violência espetacular, desaparecimento de corpos e gestão inadequada das investigações forenses. O comércio de drogas ilícitas e os regimes autoritários frequentemente buscam o controle social por meio do medo. Agentes criminosos territorializam *narco plazas* (rotas de contrabando e zonas de comércio de drogas) em guerras não declaradas das drogas, marcando-as com violência mórbida e corpos desmembrados em uma política de medo que visa ajudá-los a manter seu monopólio da violência e dos lucros (Berlanga 2015; Pereyra 2012). A guerra do Estado mexicano contra os cartéis de drogas e a suposta cooperação com alguns deles também participam dessa geografia do terror ao exercer o controle por meio de atos de violência estatal (Berlanga 2015; Pereyra 2012). Mas Ayotzinapa é também a história do colapso de regimes macabros de necrogovernança (Berlanga 2015; Robben 2015), quando a luta obstinada pela verdade e justiça por um coletivo de fazendeiros desafiou o governo, o exército, e o crime organizado e elucidou os laços entre eles.

As táticas de protesto que os movimentos sociais mexicanos tendem a usar para responder à crise contínua de violência e abusos dos direitos humanos vão desde a desobediência civil, longas batalhas legais, até protestos anuais de lembrança para homenagear suas vítimas e envergonhar as autoridades, assim como os Pais e Mães de Ayotzinapa e a organização de viúvas Família Pasta de Conchos exemplificam.

Este é também o problema que o ativismo voltado para os discursos morais dos direitos humanos enfrenta, ele depende de um moralismo e do direito internacional. Esses movimentos sociais buscam um ajuste de contas com o Estado e a violência do narcotráfico, tentando forçá-los a respeitar o direito à vida e a fazer justiça às vítimas. Sua defesa dos direitos humanos envergonha as instituições do Estado em “um caminho foucaultiano essencial, na medida em que busca instituir novas normas ao identificar publicamente o comportamento imoral ... como uma lição objetiva do que as sociedades não deveriam ser” (Courpasson & Vallas 2016: 21). Mas esse é o discurso dos direitos e seu grande obstáculo de moralismo, ele permanece sem forças quando a

contraparte fecha os olhos para seus problemas e simplesmente ignora suas demandas, e agora vivemos numa época de capitalismo grotesco e do populismo de extrema direita que se recusa a ser limitado pela decência.

Sorte então para as famílias de Pasta de Conchos e Ayotzinapa que o México é a exceção com um partido anticorrupção de esquerda no poder, por enquanto. Ao mesmo tempo, suas incansáveis lutas foram certamente elementos vitais para derrubar o antigo regime e sua necrogovernança autoritária e sombria.

References

- Berlanga Gayón, Mariana. 2015. “El Espectáculo de la violencia en el México actual: del feminicidio al juvenicidio”, *Athenea Digital*, 15(4): 105-128.
- Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). 2018. *Informe No. 12/18 Petición 178-10: Trabajadores Fallecidos en la Explosión de la Mina Pasta de Conchos*, <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2018/MXAD178-10ES.pdf> (accessed, July 14, 2019).
- Concha, Miguel Malo. 2015. “Ayotzinapa: preocupaciones abiertas”, *El Cotidiano* 189 (enero febrero): 45-49.
- Courpasson, David and Vallas, Stevens (eds). 2016. “Resistance Studies: A Critical Introduction,” in *The SAGE Handbook of Resistance*, 1-28, New York, NY: SAGE Publications.
- Gibler, John. 2016. “Without Terror, There is No Business”, *NACLA Report on the Americas; New York* 48(2) (Summer): 135-138.
- Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes (GIEI). 2015. *Informe Ayotzinapa, Investigación y primeras conclusiones de las desapariciones y homicidios de los normalistas de Ayotzinapa*.
- Hernández, Anabel. 2016. *La Verdadera Noche de Iguala. La historia que el gobierno trató de ocultar*. México D.F: Grijalbo
- Human Rights Watch. 2013. (HRW) Report: Mexico’s disappeared: the enduring cost of a crisis ignored
- Instituto Belisario Domínguez, Senado de la República. 2018 (enero). *Temas Estratégicos 54. Mapas y tendencias de los homicidios en México*: http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/bitstream/handle/123456789/3833/Reporte54_Homicidios.pdf?sequence=1&isAllowed=y (accessed July 7, 2019)

- Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI). 2017. *Fuentes: INEGI, Mortalidad – Difunciones por Homicidios 2006-2017*:
<https://www.inegi.org.mx/app/buscador/default.html?q=homicidios+desde+1997#ta>
 bMCCollapse-Indicadores (accessed July 7, 2019)
- Lorenzen Martiny, Matthew M, y Orozco Reynoso, Zulia. 2016. “Ayotzinapa: nuestro retrato frente al espejo.” *Acta Sociológica* 71:167-193.
- Marcial, Rogelio. 2015. “Fue el Estado, El caso de los jóvenes desaparecidos de Ayotzinapa y la crisis política en México.” *Desidades* 6 (marzo): 11-24.
- Mbembe, Achile. 2008. “Necropolitics.” *Public Culture* 15(1): 11-40.
- Noble, Andrea. 2015. “Introduction: Visual Culture and Violence in Contemporary Mexico”. *Journal of Latin American Cultural Studies* 24(4): 417-433.
- Pereyra, Guillermo. 2012. “México: violencia criminal y “guerra contra el narcotráfico”.” *Revista Mexicana de Sociología* 74(3):.429-460.
- Rivera Hernández, Raúl Diego. 2017. “Making Absence Visible: The Caravan of Central American Mothers in Search of Disappeared Migrants”. *Latin American Perspectives* 44(5) (April): 108-126.
- Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas o Desaparecidas (RNPED) y Instituto Belisario Domínguez, Senado de la República. 2018 (19 Diciembre). *Personas desaparecidas en México según cifras del RNPED*.
- Instituto Belisario Domínguez:
<http://bibliodigitalibd.senado.gob.mx/handle/123456789/4285> (accessed July 7, 2019)
- Robben, Antonius C.G.M. 2000. “The Assault on Basic Trust: Disappearances, Protests and Reburial in Argentina”, in *Culture under Siege, Collective Violence and Trauma*, edited by Antonius C.G.M Robben and Marcelo M. Suarez-Orozco, Marcelo M. 70-101, Cambridge: Cambridge University Press.
2007. *Political Violence and Trauma in Argentina*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
2015. “Exhumations, Territoriality, and Necropolitics in Chile and Argentina”, in *Necropolitics - mass graves and exhumation in the age of human rights*, edited by Antonius C.G.M Robben and Ferrándiz, Francisco (eds), Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Sanjurjo, Liliane. 2017. “Our Dead Can Speak: Social Displacements, Affects, and Political Action in Comparative Perspective”. *Vibrant* 14(3): 113-31.

- Taussig, Michael. 1992. *The Nervous System*. New York: Routledge.
- Tilly, Charles. 2006. *Regimes and Repertoires*. London: Chicago University Press.
- Zagato, Alessandro. 2018. "State and Warfare in Mexico: The Case of Ayotzinapa." *Social Analysis* 62(1): 55-75.